

UNAIDS LANÇA PESQUISA INÉDITA NA CSSF



A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu, a pedido do deputado Alexandre Padilha (PT-SP), o diretor Interino do UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS no Brasil), Cleiton Euzébio de Lima. Ele apresentou o resultado de uma pesquisa inédita sobre o estigma e a discriminação de pessoas que vivem com HIV/Aids no país, realizada com diversas instituições como Pnud, PucRS e ONG Gestos.

Mais de 1.700 pessoas foram entrevistadas em sete capitais brasileiras. O questionário foi aplicado por e entre pessoas vivendo com HIV e Aids. “No Brasil ainda temos de 10 a 12 mil mortes, todos os anos, em decorrência do vírus. Na saúde existe o combate à doença, o atendimento via SUS e também programas de prevenção. Mas, no campo dos direitos humanos a pesquisa mostrou que temos muito a avançar.”

A maioria das pessoas que responderam à pesquisa é negra, a média de tempo com a doença é de dez anos, possui parceiros fixos, tem estudo e 30% informou que está fora do mercado de trabalho. “Dos ouvidos, 47% já tiveram oferta de emprego negada por conta do HIV, o que prova a necessidade de uma política específica para inclusão dessa população no mercado de trabalho”, alertou Cleiton.

Foi investigado também como as pessoas ficam sabendo que estão doentes e para quem elas contam. “De

cada dez pais afetados pelo vírus, quatro não contam aos seus filhos que são soropositivos para o HIV, por causa do preconceito familiar e social. “A pesquisa mostrou que cerca de 46% das pessoas com HIV sabem de familiares que fazem chacota por conta de sua sorologia”, contou Cleiton.

A pesquisa levantou ainda que 64% das pessoas soropositivas para o vírus já sofreram algum tipo de discriminação que afeta a autoestima delas. Cerca de 10% alegou que, por isso, não procura um atendimento médico. “Outro dado alarmante com impacto na saúde é que 75,5% das pessoas disseram que escondem o fato de serem portadores do vírus.”

A pesquisa mostrou que no atendimento à saúde também há discriminação. Mais de 6% dos entrevistados disseram que foram forçados a divulgar a sorologia positiva para o HIV publicamente ou tiveram a informação divulgada sem consentimento prévio.

Ainda no atendimento à saúde, 7% dos ouvidos informaram que nos últimos 12 meses profissionais fizeram comentários discriminatórios por conta da sorologia. “Mais de 48% dos pacientes tem certeza de que seus prontuários não são sigilosos. Isso é um problema principalmente em cidades pequenas.”

“Cerca de 27% dos transexuais e travestis já evitaram buscar serviços de saúde porque se preocuparam

que alguém pudesse descobrir sua preferência sexual.” O estudo mostrou que da população trans, 90% já sofreu alguma forma de discriminação. “Das pessoas com HIV, 6% já foram agredidas fisicamente por serem soropositivas. Precisamos de políticas intersetoriais para mudar essa situação”, finalizou Cleiton.

Relatórios

Iniciada a reunião deliberativa, o deputado Diego Garcia (PODE-PR) apresentou o relatório final da Subcomissão Especial de Adoção, Pedofilia, Suicídio e Família. “Foram 230 páginas compilando os temas dentro de uma perspectiva de família. Nos centramos nas relações família x trabalho”, disse o relator. A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) pediu vistas pois acredita que é possível sugerir no relatório medidas efetivas para garantir o emprego das mulheres que voltam ao trabalho após a licença maternidade.

O Grupo de Trabalho (GT) que discutiu a revisão da tabela SUS teve relatório final aprovado pelo colegiado. “O Ministério da Saúde precisa abraçar a demanda da atenção especializada. Essa é a nossa conclusão”, disse o deputado Dr. Luizinho (PP-RJ), presidente do GT. A deputada e relatora do grupo, deputada Sílvia Cristina (PDT-RO), informou que realizaram 8 audiências públicas, com envolvimento de 24 deputados e mais de 50 profissionais da sociedade civil.

AUDIÊNCIA AVALIA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Foto: Cláudio Araújo

A deputada Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) reuniu especialistas para debater a aplicação, os avanços, as dificuldades e os desafios existentes nesses 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que serão comemorados em 2020. “Nosso objetivo é melhorar a lei para trazer mais dignidade para nossas crianças e jovens, com proteção total.”

Andréa de Paula, psicóloga que trabalha na sessão de adoção da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, disse que o grande avanço do ECA, em relação à adoção foi ter definido como direito da criança a convivência familiar. “Uma

questão legislativa que eu gostaria de pontuar é que o estatuto não contempla uma idade máxima para quem adota. Então, nos deparamos com pedidos de gente idosa querendo recém-nascidos.”

A presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da OAB, Glicia Thais, disse que é necessário elencar as prioridades sobre a questão da promoção dos direitos das crianças e adolescentes. “Precisamos nos desapegar da palavra “menor”. Vamos fazer 30 anos de estatuto e não temos mais esse código, que só está no nosso conceito. Temos que trabalhar o sistema socioeducativo

pois muitas vezes essas crianças não têm famílias. O Legislativo tem que fiscalizar, saber o que acontece na ponta, com as pessoas que não tem voz nem voto.”

Já Raquel Fuzaro, vice-presidente da Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente da OAB/DF falou dos avanços conquistados graças ao ECA. “Entendemos hoje que as crianças e adolescentes são sujeitos de direito, com absoluta prioridade. Inclusive na formulação de políticas públicas e destinação de verbas. Hoje, nós, sociedade, somos responsáveis por assegurar esses direitos.”

Petrúcia de Melo, secretária adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente disse que o governo trabalha para fortalecer o Conanda. “Antes trabalhávamos com três tipos de violência: a física, a social e a psicológica. Hoje temos mais um desafio que é a violência auto infringida, contra si próprio. Por que nesses trinta anos não avançamos como deveríamos? O que falta aos Conselhos Tutelares? Talvez o envolvimento da sociedade civil.”

CSSF EM NÚMEROS

“Fizemos nessa comissão um excelente trabalho! Isso foi possível porque o colegiado é formado por um time de deputados comprometidos, que conhece a área da saúde e da assistência social, que é incansável na dedicação ao trabalho”, disse o presidente da CSSF, deputado Antonio Brito (PSD-BA).

Foram 236 projetos deliberados (123 principais + 113 apensados); 295 pareceres entregues; 6 ministros presentes; 47 audiências públicas; e 9 em conjunto com outras comissões. Os parlamentares se dividiram nas discussões temáticas das subcomissões permanentes, especiais e dos dois grupos de trabalho. Os relatórios apresentados contêm não apenas um panorama das diferentes áreas, mas, também, sugestões de políticas públicas e ações diretas para o Executivo e para o Legislativo.



ACONTECE NA WEB



EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário
Rubens Carneiro Filho

Edição
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Mísael Varela

Redação
Manu Nunes

Diagramação
Jorge Ribeiro

[f @seguridade.CD](#)

[t @Cssf_seguridade](#)

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br